

REFORMA TRIBUTÁRIA

Contrapartidas para suavizar nova CPMF

FERNANDO SOARES

fernando.soares@zerohora.com.br

Após encaminhar a primeira parte da reforma tributária ao Congresso, na semana passada, o governo Jair Bolsonaro esboça novas medidas a serem apresentadas. Possibilidades já aventadas no passado, a criação de imposto sobre transações financeiras, a desoneração da folha de pagamento e mudanças na configuração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) ganharam aval do Ministério da Economia.

O ministério chefiado por Paulo Guedes estuda propor desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais. A proposta amplia a ideia mencionada anteriormente, que previa corte de impostos apenas para rendimentos equivalentes a até um salário mínimo.

O corte de tributos pagos pelas empresas à União sobre os salários é objetivo antigo de Guedes, que vê na medida sobre a folha uma arma de destruição de empregos. Com isso, o ministro espera conter o desemprego ao reduzir o custo de contratação. Para abrir mão dessa receita, a equipe econômica considera que será necessária a criação de novo imposto, a ser aplicado sobre pagamentos. Os técnicos fazem as contas com uma alíquota mínima de 0,2%.

O movimento é alvo de críticas entre o empresariado, que rechaça a ideia de um tributo semelhante à antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e enfrenta a oposição do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM).

Em entrevista à Rádio Gaúcha, ontem, o assessor especial do Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos, argumentou que taxar movimentações financeiras permitiria ao governo federal arrecadar R\$ 120 bilhões por ano.

“

Minha crítica não é se é CPMF, se é microimposto digital, se é nome inglês para o imposto ficar bonito, para tentar enrolar a sociedade. Vamos voltar à equação de 1996 a 2004, 9% de aumento da carga tributária.

RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara

A ideia seria contemplar principalmente operações digitais.

Participando de evento ontem, em Brasília, Maia criticou a possibilidade de criação de imposto similar à CPMF e manifestou que votaria contra a proposta e tentaria influenciar outros parlamentares a também rejeitarem a ideia.

Críticas

Entre as entidades empresariais do Rio Grande do Sul, a menção à “nova CPMF” gera arrepios. O presidente da Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado (Fecomércio-RS), Luiz Carlos Bohn, afirma estranhar as discussões sobre o tema.

– A impressão que tenho é que o Paulo Guedes é tentado por esse imposto, que é horrível pelo efeito cascata, pegando do setor produtivo à população em geral – aponta Bohn.

A diminuição de impostos sobre a folha de pagamento seria bem-vinda e poderia estimular a geração de postos de trabalho, segundo a presidente da Federação de Entidades Empresariais do Estado (Federasul), Simone Leite. No entanto, a dirigente vê a taxação das transações financeiras como maneira de “tirar dinheiro de empresários e trabalhadores”.

– Podem chamar esse imposto do jeito que quiserem que somos completamente contrários. Esse processo de mandar a reforma em

partes (ao Congresso) confunde e pode acabar tornando-a uma colcha de retalhos – avalia Simone.

Apoiador do projeto inicial encaminhado ao Congresso, o presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fiergs), Gilberto Petry, também critica o tributo sobre movimentações financeiras.

– A indústria entende que seria interessante tornar a folha de pagamento mais simples, mas, se for para tributar na outra ponta, somos contra – garante Petry.

Economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Juliana Damasceno avalia que a arrecadação prevista pelo governo com a nova contribuição é superestimada e considera preocupante estar atrelada à concessão de benefícios fiscais. Ela recorda que a política de desoneração da folha de pagamento, quando utilizada no governo Dilma Rousseff (PT), se mostrou pouco efetiva para gerar empregos.

– Instituir nova contribuição para compensar a redução da folha e outros pontos é preocupante do ponto de vista fiscal. É como se estivéssemos aumentando a carga para tentar resolver nossos problemas – aponta, analisando que a retomada dessa discussão poderá prejudicar a tramitação da etapa da reforma enviada ao Congresso.

Mudanças na tabela do IRPF são necessárias, na avaliação do professor da Escola de Negócios da PUCRS Gustavo Inácio de Moraes. O economista lembra que a faixa de isenção está mais de 100% defasada e deveria chegar a R\$ 4,2 mil, se fosse corrigida pela inflação acumulada desde 1996:

– Com a correção da tabela, mais da metade dos trabalhadores ficariam isentos do Imposto de Renda na fonte, mas isso teria impacto importante no caixa do governo em momento em que ele precisa financiar medidas anticíclicas.

INFRAESTRUTURA

Mais um trecho da duplicação da BR-116 será entregue hoje



Pista que será liberada fica no lote três, em Tapes

JOCIMAR FARINA

jocimar.farina@rdgaucha.com.br

Transitar pela duplicação da BR-116, entre Guaíba e Pelotas, vai ficar pouco mais fácil a partir de hoje. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) irá liberar para uso mais um trecho da obra.

Serão entregues mais 8,7 quilômetros de pista duplicada em Tapes. A pavimentação está pronta entre os quilômetros 351,5 e 360,2. Estão ocorrendo apenas os serviços complementares, como pintura das faixas de tráfego.

O trecho faz parte do lote 3, da empresa Ivaí. Em 29 de junho, essa mesma região teve mais 9,7 quilômetros de pista nova entregue para uso, entre os quilômetros 363,4 e 373,1.

Com isso, a rodovia já tem 92,4 quilômetros liberados dos 211 que estão sendo duplicados. Já foram seis trechos entregues desde agosto de 2019. A quantidade

de representa 43,79% do projeto já pronto para uso nas cidades de Barra do Ribeiro, Camaquã, Cristal, Pelotas, São Lourenço do Sul, Tapes e Turucu.

Expectativa

Se os prazos forem cumpridos, antes do fim de 2020 mais da metade da duplicação já estará em uso por quem trafega na rodovia. O Dnit estima que haverá ainda a inauguração de mais 23 quilômetros até o fim do ano. Desse total, 10 serão executados pelo Exército. A liberação deverá ocorrer em outubro, no município de Barra do Ribeiro, no lote 2.

Já as obras da ponte sobre o Rio Camaquã ainda não começaram, pois a licitação foi judicializada. E a construção de nova passagem sobre o canal São Gonçalo ainda precisa ser licitada pelo Dnit. Também será preciso rellicitar a construção do viaduto de acesso a Tapes e Sentinela do Sul.

TRIBUNAL DE CONTAS

Prefeitura recorre para tentar manter licitação do Mercado

A prefeitura de Porto Alegre protocolou, ontem, recurso no Tribunal de Contas do Estado (TCE) para tentar reverter a decisão tomada pela Corte na última semana que suspendeu a licitação do Mercado Público.

O Executivo pede, inicialmente, que o conselheiro do TCE Cezar Miola, que suspendeu a licitação, reconsidere a decisão. Caso o pedido não seja aceito, a prefeitura solicita que o recurso seja analisado pelo pleno do TCE.

A Procuradoria-Geral do Município (PGM) sustenta, no recurso, que não há necessidade de

lei autorizativa para a concessão do Mercado Público – impeditivo que havia sido apontado pelo TCE. Sobre esse ponto, o procurador-geral Carlos da Silveira destaca que não foi preciso lei municipal para a concessão do Auditório Araújo Vianna à iniciativa privada, mostrando similaridade entre as duas situações.

A suspensão do edital não muda a data de entrega, por interessados, dos envelopes com as propostas, marcada para hoje. Contudo, impede que os documentos sejam abertos e que o processo de licitação tenha continuidade.

Mudanças analisadas pelo Ministério da Economia

NOVO IMPOSTO

• O governo criaria imposto sobre transação financeira, com alíquota de 0,2%. A estimativa da equipe econômica é R\$ 120 bilhões de arrecadação ao ano, o que poderia reduzir a carga tributária em outros âmbitos. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) seria extinto

DESONERAÇÃO SOBRE A FOLHA

• Uma das contrapartidas à “nova CPMF” seria a redução de impostos sobre a folha de pagamento, com objetivo de conter o desemprego. O governo estuda propor desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais

IMPOSTO DE RENDA

• O governo estuda aumentar a faixa de isenção de R\$ 1.903,99 para aproximadamente R\$ 3 mil. E cogita diminuir a alíquota máxima de 27,5% e criar uma mais alta para os contribuintes ricos. Também é analisada a possibilidade de redução das deduções